

CREDENCIAMENTO N° 001/2026

AGÊNCIAS DE VIAGENS



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

PROTOCOLO Nº 1541/2026

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA - SAAE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 13.644.919/0001-60, com sede no Largo da Independência, s/n, Centro, Alagoinhas/BA, por intermédio de seu Agente de Contratação, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO** de empresas especializadas na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, sob demanda, para atendimento das necessidades institucionais da Autarquia, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, no art. 78 e no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.878/2024, no Decreto Municipal nº 6.100/2024, na Instrução Normativa nº 3/2015, no que couber, e nas demais normas aplicáveis.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente edital tem por finalidade o chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas interessadas e aptas à prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, conforme condições, quantidades, prazos e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, que constitui o Anexo I.

1.2. O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de vigência do edital, podendo qualquer interessado apresentar a documentação exigida, a qualquer tempo, enquanto vigente o chamamento.

1.3. A contratação será realizada de forma paralela e não excludente, admitindo-se o credenciamento de todos os interessados que preencham os requisitos exigidos, observadas as regras de distribuição de demandas estabelecidas neste edital e no Termo de Referência.

1.4. A documentação de credenciamento deverá ser encaminhada por meio eletrônico aos e-mails apoio.adm@saae.alagoinhas.ba.gov.br e licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br, ou protocolada fisicamente perante a Comissão de Contratação e Licitações do SAAE, situada no Largo da Independência, s/n, Centro, Alagoinhas/BA, CEP 48.000-111.

1.5. O edital e seus anexos serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Diário Oficial Eletrônico do Município/SAAE, e no sítio eletrônico oficial do Município de Alagoinhas/BA, link SAAE, quando aplicável.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste credenciamento a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, destinadas ao atendimento das demandas institucionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas/BA.

2.2. Os serviços serão prestados sob demanda, conforme solicitações formais da Administração, não havendo obrigação de contratação mínima ou consumo integral do valor estimado.

2.3. Para os fins deste edital, considera-se passagem aérea o trecho de ida e volta, bem como trechos isolados, somente ida ou somente volta, quando representarem a totalidade da contratação.

2.4. O objeto restringe-se ao agenciamento de passagens aéreas nacionais, excluídos serviços de hospedagem, salvo se houver futura alteração formal do planejamento e do instrumento convocatório.

3. VALOR ESTIMADO, DEMANDA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor global **estimado da contratação é de R\$ 149.625,00 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais)**, calculado com base na estimativa de 50 (cinquenta) passagens anuais, valor médio referencial de R\$ 2.850,00 por passagem e acréscimo estimado de 5% referente à taxa de agenciamento.

3.2. O valor estimado possui caráter meramente referencial, destinado ao planejamento orçamentário e à reserva de dotação, não implicando obrigação de contratação integral pelo SAAE.

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Estimada	Taxa de Agenciamento
01	Agenciamento de viagens: emissão de passagens aéreas nacionais, incluindo cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento.	Emissão	50 passagens/ano	5% estimado

Tabela 01

3.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no orçamento vigente do SAAE de Alagoinhas/BA, observada a seguinte classificação orçamentária:

Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte
17.122.00006.2.011	33.90.33.00	753

Tabela 02

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar do credenciamento pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, que atendam integralmente às exigências deste edital e apresentem a documentação de habilitação requerida.
- 4.2. As interessadas deverão comprovar regularidade de atuação no setor de turismo e agenciamento de viagens, mediante apresentação de registro ativo no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR, quando exigível pela legislação aplicável.
- 4.3. A participação no credenciamento implica plena aceitação das condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e nas normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 4.4. Não poderão participar as empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, declaradas inidôneas, suspensas ou enquadradas nas hipóteses legais de vedação, inclusive aquelas que mantenham vínculo impeditivo com agentes públicos relacionados à contratação.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A contratação justifica-se pela necessidade do SAAE de Alagoinhas/BA de adquirir passagens aéreas ao longo do exercício para viabilizar deslocamentos de servidores públicos, membros de comissões e autoridades em compromissos oficiais e institucionais, tais como capacitações, reuniões técnicas, eventos e representações de interesse público.
- 5.2. Inclui-se, ainda, a possibilidade de atendimento a colaboradores eventuais e terceiros convidados, desde que a necessidade esteja devidamente justificada, o interesse público seja comprovado e exista autorização formal da autoridade competente.
- 5.3. A demanda por passagens aéreas é variável e pode surgir de forma imprevisível ao longo do exercício, razão pela qual o credenciamento se mostra adequado para assegurar agilidade, continuidade, eficiência, transparência e economicidade.
- 5.4. O mercado de passagens aéreas possui dinâmica própria, com preços definidos pelas companhias aéreas e sujeitos a variações em tempo real, conforme antecedência da compra, disponibilidade de assentos, sazonalidade, datas, horários de voo e condições de mercado.
- 5.5. O credenciamento permite à Administração contar com múltiplos prestadores habilitados e selecionar, a cada demanda concreta, a opção mais vantajosa, considerando preço, horário, tempo de deslocamento e adequação operacional.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 6.1. O presente procedimento fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 74, inciso IV, 78 e 79, por se tratar de hipótese em que o objeto deve ou pode ser contratado por meio de credenciamento.
- 6.2. Aplicam-se, ainda, o Decreto Federal nº 11.878/2024, o Decreto Municipal nº 6.100/2024, a Instrução Normativa nº 3/2015, no que couber, e demais normas pertinentes à contratação pública e ao setor de agenciamento de viagens.
- 6.3. Considerando a natureza de mercado fluido e a inviabilidade de competição direta quanto ao valor das passagens aéreas, a contratação decorrerá de inexigibilidade de licitação por credenciamento,

observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento será iniciado com a publicação do edital, mediante aviso público no PNCP, no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial Eletrônico do Município/SAAE, quando aplicável.

7.2. Serão credenciadas todas as empresas que atenderem às condições de habilitação e aceitarem integralmente as regras fixadas pela Administração.

7.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, que ocorrerá exclusivamente conforme a necessidade do SAAE, a disponibilidade orçamentária e a observância dos critérios de distribuição da demanda.

7.4. A qualquer tempo poderá ser suspenso, alterado ou cancelado o credenciamento de empresa que deixe de satisfazer as exigências estabelecidas neste edital ou descumpra obrigações assumidas.

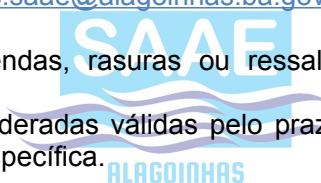
8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

8.1. A solicitação de credenciamento deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, assinada por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, acompanhada da documentação de habilitação.

8.2. A documentação poderá ser enviada em arquivo único, preferencialmente em formato PDF, por meio dos e-mails apoio.adm@saae.alagoinhas.ba.gov.br ou licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br, ou protocolada fisicamente na sede do SAAE.

8.3. Os documentos deverão estar legíveis, válidos e sem emendas, rasuras ou ressalvas que comprometam sua autenticidade ou compreensão.

8.4. As certidões que não indicarem prazo de validade serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de emissão, salvo disposição legal específica.



9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, as interessadas deverão apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e declarações complementares.

9.2. Habilitação jurídica

9.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações ou consolidação vigente, conforme a natureza jurídica da empresa.

9.2.2. Documento de identificação do representante legal e, quando for o caso, procuração com poderes específicos para participação no credenciamento e assinatura dos instrumentos decorrentes.

9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

9.3.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa.

9.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.3.5. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, quando aplicável.

9.4. Qualificação técnica

9.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante atestado(s) de capacidade técnica, contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou documento equivalente, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.4.2. Registro **ativo no CADASTUR**, quando exigível para a atividade de agência de viagens.

9.4.3. Declaração de que possui condições operacionais necessárias para cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, incluindo suporte ao SAAE durante a vigência do credenciamento.

9.5. Declarações

9.5.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e de veracidade das informações prestadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5.2. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

- 9.5.3. Declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública.
9.5.4. Declaração de idoneidade, de inexistência, de nepotismo, de ciência das normas de prevenção à corrupção e de compromisso de manutenção das condições de habilitação durante a execução.

10. DA PROPOSTA E DA ADESÃO AO VALOR FIXADO

- 10.1. A proposta deverá conter a identificação completa da empresa, indicação de contatos, declaração de concordância com as condições do edital e do Termo de Referência, e adesão expressa à sistemática de remuneração fixada pela Administração.
10.2. No regime de credenciamento não haverá disputa de preços entre os participantes quanto ao valor das passagens aéreas, uma vez que estas serão adquiridas conforme tarifas vigentes no momento da solicitação.
10.3. A remuneração da credenciada ocorrerá exclusivamente por meio da **taxa de agenciamento, estimada em 5% sobre o valor das passagens efetivamente emitidas**, observadas as condições do Termo de Referência e a autorização da Administração.
10.4. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e compromisso de execução dos serviços conforme as normas do credenciamento.

11. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- 11.1. A distribuição das demandas entre as credenciadas observará critérios objetivos definidos pela Administração, podendo ocorrer por rodízio entre credenciados ou pela escolha da melhor proposta de voo apresentada no caso concreto.
11.2. Para a escolha da melhor opção, serão considerados, entre outros fatores, menor preço total, melhor horário, menor tempo de viagem, disponibilidade de assentos, necessidade administrativa e adequação operacional.
11.3. As empresas credenciadas deverão apresentar, sempre que possível, no mínimo 02 (duas) alternativas de voos compatíveis com a solicitação, resguardada a possibilidade de atendimento por alternativa única quando o mercado assim limitar.
11.4. A emissão da passagem somente poderá ocorrer após autorização expressa da Administração.

12. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. A prestação dos serviços será realizada sob demanda, mediante requisição formal da Administração contendo destino, data de embarque e retorno, quantidade de passageiros, finalidade da viagem e demais informações necessárias.
12.2. As opções de voos deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação, salvo nos casos de urgência devidamente justificada, em que o atendimento deverá ocorrer em até 04 (quatro) horas.
12.3. As passagens deverão ser emitidas com observância das tarifas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive tarifas promocionais, devendo ser repassadas à Administração todas as vantagens, descontos e condições comerciais obtidas.
12.4. A credenciada deverá prestar suporte integral para remarcações, cancelamentos, alterações, reembolsos e solução de problemas operacionais relacionados às viagens.
12.5. Os créditos decorrentes de passagens ou trechos não utilizados deverão ser demonstrados em relatório e compensados, preferencialmente, por glosa em fatura subsequente, observadas as regras tarifárias das companhias aéreas e a documentação comprobatória.

13. DA VIGÊNCIA

- 13.1. O **credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses**, contados da publicação do edital ou do instrumento próprio, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, conforme necessidade e conveniência da Administração.
13.2. Durante a vigência do credenciamento, poderão ser admitidos novos interessados que atendam integralmente às condições estabelecidas.
13.3. A vigência dos contratos ou instrumentos decorrentes observará as regras da Lei nº 14.133/2021 e a disponibilidade de recursos orçamentários.

14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será realizado por demanda efetivamente executada, após apresentação da nota fiscal ou fatura, devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

14.2. A nota fiscal deverá discriminar, de forma clara, os valores relativos às passagens, taxas de embarque, quando houver, e à taxa de agenciamento, conforme exigências fiscais e contábeis aplicáveis.

14.3. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da credenciada.

14.4. Havendo erro na nota fiscal, divergência de valores, ausência de documentação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento será suspenso até a regularização, sem ônus para o SAAE.

14.5. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

15. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

15.1. Executar os serviços conforme este edital, o Termo de Referência e as solicitações formais do SAAE.

15.2. Realizar cotações, reservas, emissões, remarcações e cancelamentos de passagens aéreas nacionais, garantindo suporte contínuo à Administração.

15.3. Apresentar opções de voos e preços atualizados, buscando sempre a alternativa mais vantajosa para o interesse público.

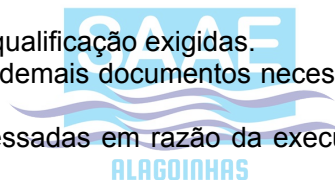
15.4. Repassar integralmente à Administração descontos, promoções, créditos, reembolsos, benefícios ou vantagens obtidas junto às companhias aéreas.

15.5. Responsabilizar-se por erros operacionais de sua responsabilidade, realizando correções sem ônus adicional para o SAAE.

15.6. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.7. Fornecer relatórios, comprovantes, bilhetes, vouchers, notas e demais documentos necessários à fiscalização e ao controle da despesa.

15.8. Guardar sigilo sobre informações pessoais e institucionais acessadas em razão da execução do objeto, observando a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.



16. OBRIGAÇÕES DO SAAE

16.1. Fornecer à credenciada as informações necessárias à execução dos serviços.

16.2. Solicitar passagens com antecedência compatível com a necessidade administrativa, sempre que possível.

16.3. Autorizar expressamente a emissão das passagens, após análise das opções apresentadas.

16.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, comunicando irregularidades e solicitando correções.

16.5. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, observadas as condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, responsável por conferir a conformidade dos serviços, atestar notas fiscais, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias.

17.2. Conforme indicação constante da fase preparatória, a fiscalização ficará a cargo da **Coordenação de Recursos Humanos**, sem prejuízo de futura designação formal de fiscal, gestor e respectivos substitutos pela autoridade competente.

17.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da credenciada por danos, vícios, falhas ou irregularidades decorrentes da execução do objeto.

18. IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS

18.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste edital ou solicitar esclarecimentos, observados os prazos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

18.2. As impugnações, pedidos de esclarecimento, recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados ao e-mail licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br ou protocolados na sede do SAAE, com identificação do interessado, número do credenciamento, exposição dos fatos e fundamentos, pedido claro e assinatura do representante legal.

18.3. A partir da publicação do resultado do credenciamento, os interessados poderão apresentar recurso contra a decisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.4. O acolhimento de impugnação ou recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, atraso injustificado, descumprimento de obrigações ou prática de infrações administrativas, poderão ser aplicadas à credenciada as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

19.2. As sanções poderão compreender advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da conduta, sem prejuízo da reparação integral de eventuais danos causados à Administração.

19.3. A qualquer tempo poderá ser suspenso ou cancelado o credenciamento da empresa que deixar de atender às exigências estabelecidas ou que descumprir as obrigações assumidas.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A documentação apresentada para fins de credenciamento fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida ao proponente.

20.2. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da documentação apresentada, salvo hipóteses admitidas em lei.

20.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos aplicáveis e nos princípios que regem as contratações públicas.

20.4. Fica eleito o foro da Comarca de Alagoinhas/BA para dirimir controvérsias decorrentes deste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21. ANEXO DO EDITAL

21.1. Integra este Edital seus anexos :



ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Solicitação de Credenciamento
ANEXO III	Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
ANEXO V	Modelo de Declaração de Idoneidade
ANEXO VI	Declaração de Inexistência de Nepotismo
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Identificação do Responsável
ANEXO VIII	Modelo de Declaração de Conhecimento das Normas de Prevenção à Corrupção
ANEXO IX	Modelo de Declaração de Comprometimento

Alagoinhas/BA, 06 de maio de 2026.

FÁBIO CONCEIÇÃO BISPO
Agente de Contratação



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 16/2026

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de **agenciamento de viagens**, compreendendo a cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais para atendimento das demandas institucionais do órgão.

1.2. Para os fins deste Termo de Referência, considera-se passagem aérea o trecho de ida e volta, bem como trechos isolados (somente ida ou somente volta), quando estes representarem a totalidade da contratação.

1.3. Os serviços deverão ser prestados sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, não gerando obrigação de contratação mínima por parte do SAAE de Alagoinhas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando a necessidade do SAAE de Alagoinhas de adquirir passagens aéreas ao longo do ano, com o objetivo de viabilizar o deslocamento de servidores públicos, membros de comissões e autoridades para participação em compromissos oficiais e institucionais, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens.

2.2 A contratação visa assegurar eficiência, economicidade, transparência e conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na legislação vigente.

2.3 Inclui-se, ainda, a possibilidade de atendimento a colaboradores eventuais e terceiros convidados, desde que devidamente justificada a necessidade, comprovado o interesse público e formalmente autorizada pela autoridade competente.

2.4 A demanda por passagens aéreas é variável e pode surgir de forma imprevisível ao longo do exercício, em função da participação em eventos, reuniões técnicas, capacitações e demais atividades institucionais.

2.5 A contratação de empresa especializada permitirá maior agilidade na emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes, além de possibilitar a obtenção de melhores condições comerciais.

2.6 A escolha da empresa será pautada em critérios objetivos e transparentes, garantindo atendimento aos requisitos técnicos e preços compatíveis com o mercado.

2A.JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO

O credenciamento é adotado por:

- inviabilidade de competição por preço das passagens aéreas, que são definidas pelo mercado e companhias aéreas;
- necessidade de múltiplos prestadores para garantir atendimento contínuo;
- padronização da remuneração da atividade de agenciamento;
- ampliação da eficiência e da capacidade de atendimento da Administração

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente procedimento será realizado por meio de **credenciamento**, nos termos da Lei nº 14.133, caracterizado pela inviabilidade de competição em razão da natureza do objeto e da necessidade de múltiplos prestadores para atendimento eficiente da demanda.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.A prestação dos serviços será realizada sob demanda, mediante solicitação formal da Administração, por meio de requisição específica contendo as informações necessárias para a execução do objeto, tais como destino, data de embarque e retorno, quantidade de passageiros e finalidade da viagem.

4.2.As empresas credenciadas deverão apresentar opções de voos compatíveis com a solicitação, **preferencialmente** com no mínimo 02 (duas) alternativas, quando disponíveis no mercado, observando critérios de economicidade, melhor horário, menor tempo de deslocamento e menor custo total.

4.3.A emissão das passagens aéreas somente poderá ser realizada após autorização expressa da Administração, formalizada por meio do fluxo interno definido pelo órgão.

4.4.A credenciada deverá realizar a cotação e disponibilizar as opções de voos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação, salvo em casos de

urgência devidamente justificada, nos quais o atendimento deverá ocorrer em prazo reduzido de até 04 (quatro) horas.

4.5.Nos casos de alterações, remarcações ou cancelamentos, a credenciada deverá prestar suporte integral à Administração, observando as regras tarifárias estabelecidas pelas companhias aéreas, bem como as condições mais vantajosas para o erário.

4.6.O atendimento deverá ser contínuo, assegurando suporte à Administração durante todo o período de vigência contratual, inclusive em situações emergenciais, quando necessário.

4.7.A execução dos serviços deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

4A.DESCRICÃO DOS SERVIÇOS

As empresas credenciadas deverão:

- realizar cotação de passagens aéreas (preferencialmente mínimo de 02 opções, quando disponível);
- efetuar reservas e emissões;
- realizar remarcações e cancelamentos;
- prestar suporte ao usuário;
- atender demandas emergenciais.

5. DA PROPOSTA

5.1.A proposta apresentada pelas empresas interessadas no credenciamento deverá conter a descrição clara e detalhada dos serviços ofertados, limitando-se à indicação do valor da taxa de agenciamento por emissão de passagem aérea, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.2.No regime de credenciamento, não haverá disputa de preços entre os participantes, uma vez que a remuneração do serviço será previamente fixada pela Administração, sendo vedada a alteração do valor da taxa de agenciamento estabelecida.

5.3.A proposta deverá conter, obrigatoriamente:

- I identificação completa da empresa, incluindo razão social, CNPJ, endereço e contatos;
- II declaração de concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III indicação expressa de adesão ao valor fixado da taxa de agenciamento;
- IV declaração de capacidade técnica para execução dos serviços de agenciamento de viagens (comprovando fornecimento de passagens aéreas para órgãos públicos ou privados)
- V A empresa interessada no credenciamento deverá comprovar, como requisito de qualificação técnica, a regularidade de sua atuação no setor de turismo e agenciamento de viagens, mediante apresentação de registro ativo no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR.

*As propostas deverão observar integralmente as condições previstas neste Termo de Referência, sendo requisito para o credenciamento a aceitação expressa de todas as suas disposições.

**A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas pela Administração, bem como compromisso de execução dos serviços conforme as normas do credenciamento.

MODELO DE PROPOSTA – TABELA

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade Estimada de passagens	Taxa de Agenciamento %
01	Agenciamento de viagens: emissão de passagens aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, incluindo cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento	Emissão	50	%

5.CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

A distribuição das demandas entre os credenciados ocorrerá conforme critérios objetivos

estabelecidos pela Administração, podendo observar:

- rodízio entre credenciados; ou
- escolha da melhor proposta de voo (menor preço, melhor horário e menor tempo de viagem).

6. ESTIMATIVA DE DEMANDA E VALORES

6.1. A presente estimativa de demanda foi definida com base na programação de treinamentos previamente planejada e nos eventos institucionais previstos pelo SAAE para o exercício de 2026, considerando as atividades de capacitação, reuniões institucionais e participação em eventos oficiais programados pela autarquia ao longo do período.

Quantidade de passagens

Tipo de deslocamento	Qtde anual	Justificativa
Capacitações	24	demandas de formação contínua
Reuniões institucionais	12	atividades administrativas externas
Eventos e representações	12	participação institucional
Total estimado	48	—
Margem técnica	2	contingências e urgências
TOTAL FINAL	50 passagens/ano	—

Ademais, no modelo de contratação por credenciamento, não há disputa de preços entre os fornecedores quanto ao valor das passagens, uma vez que estas são adquiridas conforme as tarifas vigentes no momento da solicitação, cabendo à Administração selecionar a opção mais vantajosa em cada caso concreto.

Dessa forma, não se mostra tecnicamente viável a fixação de preço estimado unitário para as passagens aéreas no Estudo Técnico Preliminar, sendo possível apenas a adoção de estimativas globais de consumo, com base em histórico institucional e planejamento das demandas, para fins de previsão orçamentária.

Ressalta-se, ainda, que a remuneração das empresas credenciadas se dará por meio de taxa

de agenciamento definida em percentual, a ser aplicada sobre o valor das passagens aéreas efetivamente emitidas, sendo esta a única parcela passível de definição no âmbito da proposta apresentada pela empresa no processo de credenciamento.

Assim, a ausência de estimativa precisa de preços das passagens aéreas não compromete planejamento da contratação, estando devidamente justificada pela natureza dinâmica do mercado e pela sistemática adotada no credenciamento, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

O valor médio de R\$ 2.850,00 por passagem (valor base) foi definido com base em levantamento de mercado realizado em plataformas de companhias aéreas e agências de viagem, considerando:

- rotas frequentes utilizadas pela Administração (ex: Salvador/BA – Brasília/DF, Salvador/BA – São Paulo/SP);
- variação de preços conforme antecedência de compra;
- cenários de aquisição emergencial.

Foi observada a seguinte faixa de valores:

- R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00: compras antecipadas;
- R\$ 1.500,00 a R\$ 2.850,00: situações emergenciais ou baixa disponibilidade;

Adotou-se valor médio conservador de **R\$ 2.850,00** ao qual será aplicado o percentual estimado de **5% referente à remuneração da agência**, garantindo suficiência orçamentária e evitando subdimensionamento.

Cálculo do valor das passagens

☞ 50 passagens × R\$ 2.850,00 = R\$ 142.500,00

☞ Acréscimo de 5% (taxa da agência): R\$ 7.125,00

☞ **Valor total estimado: R\$ 149.625,00 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais)**

6.2.COMO FOI DEFINIDO O PERCENTUAL DE 5%

O percentual de **5%** foi definido a partir de uma estimativa técnica baseada em práticas de

mercado e modelagens usuais de contratação pública, seguindo a seguinte lógica:

1. Faixa praticada no mercado

Levantamentos em contratações semelhantes indicam que a remuneração de agências de viagens costuma variar entre **3% e 10%** sobre o valor das passagens.

2. Escolha do ponto médio conservador

Dentro dessa faixa, foi adotado o percentual de **5%**, por representar um valor:

- abaixo da média superior (evitando sobrepreço);
- suficiente para garantir a viabilidade econômica das agências;
- competitivo para atrair interessados no credenciamento.

3. Natureza do serviço prestado

A remuneração considera que as agências não apenas emitem passagens, mas também realizam:

- remarcações e cancelamentos;
- suporte ao usuário;
- acompanhamento de voos e alterações;
- gestão operacional das demandas.

4. Critério de prudência administrativa

A Administração adotou um percentual moderado e justificado, evitando:

- subestimar custos (o que poderia inviabilizar o credenciamento);
- superestimar valores (o que poderia gerar questionamentos pelos órgãos de controle).

O percentual de 5% foi definido com base na faixa de mercado (3% a 10%), adotando-se valor intermediário e conservador, compatível com a complexidade do serviço e suficiente para garantir a viabilidade da contratação sem onerar excessivamente a Administração.

6.3. Natureza do valor estimado

O valor possui caráter meramente estimativo, servindo exclusivamente para fins de planejamento orçamentário e reserva de dotação, não implicando obrigação de contratação integral, em razão da execução sob demanda.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1.A execução dos serviços objeto deste credenciamento ocorrerá de forma contínua e sob demanda, durante toda a vigência do credenciamento, conforme as necessidades da Administração.

7.2.A partir da solicitação formal realizada pela Administração, a empresa credenciada deverá apresentar as opções de voos disponíveis no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contendo, sempre que possível, no mínimo 02 (duas) alternativas de itinerários.

7.3.Nos casos de demanda urgente ou emergência devidamente justificada pela Administração, o prazo para apresentação das opções de voos poderá ser reduzido para até 04 (quatro) horas.

7.4.A emissão da passagem aérea deverá ocorrer somente após autorização expressa da Administração, devendo ser realizada imediatamente após a aprovação da opção escolhida, observadas as condições tarifárias vigentes no momento da emissão.

7.5.As solicitações de remarcação, cancelamento ou alteração deverão ser atendidas pela credenciada em prazo compatível com a urgência do caso, garantindo a continuidade do atendimento e o suporte necessário à Administração.

7.6.O prazo de execução poderá ser ajustado conforme a necessidade administrativa, desde que devidamente justificado, observados os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

9. DA VIGÊNCIA

9.1 Credenciamento com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

10. DO PREÇO DAS PASSAGENS

10.1 Os preços deverão seguir as tarifas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive promocionais.

11. DA REMUNERAÇÃO

11.1 A remuneração da contratada será realizada exclusivamente por meio de taxa de agenciamento, fixada por emissão de passagem aérea, sendo o valor global apurado a partir da multiplicação do valor unitário da taxa pela quantidade de emissões efetivamente realizadas no período.

11.2 A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal de forma discriminada, contendo separadamente os valores relativos à taxa de agenciamento e, quando aplicável, a identificação dos serviços prestados, observando as exigências fiscais e contábeis vigentes.

11.3 Os pagamentos somente serão efetuados mediante comprovação da emissão da passagem e da efetiva prestação do serviço, devidamente atestados pela fiscalização do contrato.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado após apresentação da nota fiscal atestada.

12.2 Condicionado à regularidade fiscal da CONTRATADA.

12.3 Havendo erro, o prazo será reiniciado após correção.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme este Termo.

13.2 Cumprir normas do setor.

13.3 Garantir menor preço disponível.

13.4 Repassar vantagens e descontos.

13.5 Manter atendimento contínuo.

13.6 Arcar com encargos legais.

13.7 Resolver problemas operacionais.

13.8 Fornecer relatórios e comprovações quando solicitado.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1 Efetuar pagamentos conforme contrato.

14.2 Fiscalizar a execução.

14.3 Solicitar passagens com informações completas.

14.4 Comunicar irregularidades.

14.5 Proporcionar condições para execução.

15.FISCALIZAÇÃO

15.1.A execução será acompanhada por servidor designado, responsável por:

- conferir conformidade dos serviços;
- atestar notas fiscais;
- registrar ocorrências.

15. FUNÇÃO PROGRAMÁTICA

15.1. As despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Função programática: 17.122.00006.2.011

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1.0 credenciamento permite a contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas, garantindo maior eficiência, competitividade indireta e ampliação da capacidade de atendimento da Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133.

José Raimundo de Santana dos Santos
Coordenação de Recursos Humanos



SAAE ALAGOINHAS
LARGO INDEPENDÊNCIA, S/N, KENNEDY, CEP: 48020480
CNPJ: 13.644.919/0001-60, ALAGOINHAS BA.
Telefone: 7531826000, Fax: 7531826000

PÁGINA DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS CONTIDAS EM ARQUIVO ANEXO AO SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO DIGITAL, GERADA AUTOMATICAMENTE, PARA O ARQUIVO '06 TERMO DE REFERENCIA PASSAGEM AEREA 22.04.26' REGISTRADO EM 22/04/2026 ÀS 11:27 POR RITA DE CASSIA DE MENEZES BATISTA, PARTE INTEGRANTE DO PROTOCOLO 1541 / 2026 DE N.C 1076 TRATANDO DO(A) SOICITAÇÃO DE DESPESA 21/2026 [17/04/2026] 101021 : CRH - COORD. DE RECURSOS HUMANOS.

Este documento foi assinado eletronicamente em 22/04/2026 às 11:56 por...



JOSE RAIMUNDO DE SANTANA DOS SANTOS
COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS

ANEXO II – MODELO
SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO 001/2026

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 003/25 – NA NOVA LEI 14.133/2021.
PROCESSO ADM. 016/2025.

O interessado abaixo qualificado, solicita seu ao CREDENCIAMENTO divulgado pelo SAAE de Alagoinhas/Ba.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DE ALAGOINHAS, CONFORME CONDIÇÕES, CRITÉRIOS E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NO EDITAL, NO TERMO DE REFERÊNCIA E EM SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida na Rua _____, por intermédio de seu representante legal (nome completo, RG, CPF), DECLARA a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

_____, _____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO III – MODELO
DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA: () que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal) (Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

_____ (nome e identidade do representante legal)
(Carimbo da empresa)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa

ANEXO IV (Modelo)

(Exigida pelo art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal). Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, e ainda ao item 6.1.

Declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local, __/__/____. _____

Nome da empresa, assinatura e carimbo. (representante legal)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO V– MODELO

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público. A idoneidade da empresa licitante será verificada através dos seguintes meios:

1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&o&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&o&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO VII – MODELO

DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSÁVEL

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO VI – MODELO

DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA: () que não possui em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público Municipal do ente licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de contratação, agente de contratação ou autoridade ligada à contratação.

() Possui em seu quadro societário componente, com o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela Súmula Vinculante 13/STF, em relação aos seguintes agentes públicos do ente licitante:

1. Nome: _____ Ente: _____

2. Nome: _____ Ente: _____

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO IX – MODELO

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DECLARA, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo, bem como em caso de eventual contratação, concordo que as solicitações sejam encaminhadas para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: () _____-_____. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao SAAE, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. Comprometo-me a manter durante a execução da solicitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas .

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--

ANEXO VIII – MODELO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa
--